

O INVENTÁRIO DA NATUREZA AMERICANA NO ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL

AMERICAN NATURE'S INVENTORY IN THE COLLECTION OF NATIONAL ARCHIVES

Cláudia Beatriz Heynemann*

Resumo: O Arquivo Nacional detém em seus 70 km de documentos, reunidos ao longo de 176 anos de existência, um acervo compreendido entre o século XVI e os dias de hoje. Neste artigo destaca-se o tema da história natural na América portuguesa presente nos fundos e coleções pertinentes à história luso-brasileira. A correspondência entre a Corte e as autoridades coloniais evidencia a circulação das ideias, o intenso fluxo de remessas de espécimes, a importância crescente do conhecimento do meio natural e o significado desse processo no âmbito do programa ilustrado da segunda metade do século XVIII.

Palavras-chave: História Luso-Brasileira. História Natural. Arquivo Nacional.

Abstract: The National Archives holds in its 70 km of documents, gathered over 176 years of existence, a collection ranging from the sixteenth century to the present days. In this article we highlight the theme of natural history in Portuguese America present in the funds and collections related to Luso-Brazilian history. The correspondence between the Court and the colonial authorities shows the circulation of ideas, the heavy flow of consignments of specimens, the growing importance of knowledge of the natural environment and the significance of this process in the framework of the illustrated program on the second half of the eighteenth century.

Keywords: Luso-Brazilian History. Natural History. National Archives.

* Supervisora de Pesquisa no Arquivo Nacional. E-mail: cbheynemann@gmail.com

A criação do Arquivo Público do Império em 1838 se dá em meio às circunstâncias mais ou menos reconhecidas como típicas do século XIX, século da história, a se admitir o processo histórico, da historiografia, dos arquivos, da fotografia, da técnica, da reforma das cidades, das multidões, dos impérios e de tantos signos do que podemos definir como modernidade. Além desses eventos, o Arquivo Público nasce no Brasil da Regência, em momento também crucial, aqui, do Estado imperial, e para seus contemporâneos e intérpretes, das tentativas de fundação do que seria uma identidade nacional. O compromisso que se enuncia na literatura, na produção acadêmica, nas descrições da natureza, iria se delinejar nas diversas instituições criadas, sobretudo na segunda metade do século. Em sua gênese, a Instituição partilha desse horizonte de sentido, de uma história da nação e uma história nacional, como um pressuposto dos arquivos nacionais, passando pelas transformações operadas nas categorias de memória, patrimônio, história, identidade.

O acervo do Arquivo Nacional contém fundos datados do século XVI até hoje, provenientes da administração colonial, de secretarias de Estado e de órgãos portugueses, dos governos do Império e da República, de indivíduos e instituições privadas, coleções e itens documentais, documentos audiovisuais e cartográficos e uma coleção de livros, folhetos e periódicos raros de cerca de sete mil títulos. O conjunto preservado na sede no Rio de Janeiro e em Brasília, compreende um denso e importante acervo do mundo luso-brasileiro, de caráter orgânico, contemplando documentos do judiciário, arquivos e coleções privadas, e cuja abrangência temática se evidencia nas pesquisas realizadas e em instrumentos online que dão conta desse quadro, a base de dados *Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional* e o site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*.¹

A concepção de uma história luso-brasileira, atlântica, de origem ibérica, acompanhou de algum modo tanto o projeto político e intelectual brasileiro na segunda metade do Setecentos e no século XIX quanto esteve presente em obras fundadoras como as de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e tantos outros. Do projeto do conde de Linhares, d. Rodrigo de Souza Coutinho, um de seus mais representativos intelectuais e administradores², à constituição de um Império luso-brasileiro, perdido com a Independência, sobreviveria o traço de continuidade a que se refere Ilmar Rohloff de Mattos em *O tempo Saquarema*. Um vínculo com a herança ilustrada portuguesa, patente na cultura científica, nas academias e Instituições, figurava na junção entre passado e presente que a transferência da Corte para a colônia teria promovido. O termo “transmigração”, pouco usual, significava mudança de domicílio, mas igualmente “passar a alma de um corpo a animar o outro”, unia a Colônia e a Nação soberana, assinalava uma continuidade futura.³

Entre os incontáveis usos e perspectivas assinalados pela ideia de luso-brasileiro podemos pensar que além dessa expressão encontramos o

luso-tropical, que olha para a experiência americana, mas também para a própria identidade portuguesa e sua capacidade de adaptação aos trópicos, sua plasticidade. Assim, Gilberto Freyre em diferentes capítulos de sua obra se refere à dissolução dos portugueses no mundo, sua força e fraqueza, de domínio, dispersão, da origem moura e judaica, da proximidade da África, enfim, de um Portugal que oscila entre o Velho do Restelo - símbolo da rotina agrária, do apego à terra e Ulisses em sua atividade marítima e comercial, seu gosto pela aventura. A ideia de uma simbiose luso-tropical marca esse ensaio de 1961⁴, mas a perspectiva do luso-tropical apresenta-se em outros, nos quais a expressão “América portuguesa” é discutida tanto quando afirma essa origem ou duvida do caráter extensivo da herança portuguesa e da própria identidade “europeia” de Portugal.⁵

Uma história luso-brasileira, expressão de fato consolidada entre nós, sugere uma série de vínculos e uma gênese que se desdobra em qualificações como latino-americana e ibérica. Essas noções presumem, respectivamente, a “inserção comum de toda a América Latina nos mecanismos de colonização e de exploração constitutivos do Antigo Sistema Colonial Mercantilista” como assinala Francisco Falcon, enquanto a ênfase no caráter ibérico tem cunho histórico-cultural ou mesmo antropológico. Pressupõe por exemplo o reconhecimento desse caráter no processo de fundação de núcleos urbanos na América portuguesa, apontando para uma perspectiva menos homogeneizadora.⁶

Mesmo que não submetido unicamente à lógica do sistema colonial, o viés luso-brasileiro evoca não apenas a América portuguesa, mas o Império quer em sua dimensão idealizada, como projeto, quer pelas relações e deslocamentos que em vários níveis, de mercadorias, costumes e ideias se estabelecem entre as colônias e possessões ultramarinas e o reino. O luso-brasileiro não engendra assim, apenas o jogo das múltiplas influências e mesmo dos contrastes, mas do estranhamento, do desencontro. A aventura portuguesa por um lado confirma a coincidência entre aquela identidade e as navegações - qualquer que seja o prisma em relação ao espírito dos Descobrimentos - e por outro evidencia um renitente desajuste. Algo que Sérgio Buarque de Holanda expressou em passagem clássica, no livro *Raízes do Brasil*:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.⁷

O desencontro a que se refere o autor, paradoxal ou não, manifestase de qualquer forma por meio de conflitos, de tentativas de conciliação que garantissem modelos, narrativas consolidadas. A escolha de problemas históricos que permitam refletir sobre o período no acervo do Arquivo Nacional, nos leva a dois grandes eixos definidos na maior parte das vezes a partir do conflito, das contradições que envolveram a conquista da natureza e o trabalho escravo. Por um lado é inegável que a escravidão constituiu aquela sociedade nos longos três séculos que perdurou, fazendo valer a afirmação de Stuart Schwartz⁸, de que mesmo quando não nos referimos à escravidão, é dela que falamos. Predominante na agricultura para exportação, no litoral, onde a mata cerrada, a selva, representaram obstáculos a superar, com o fogo e o machado, ficaria associada à derrubada das florestas, ao atraso e ao que Gilberto Freyre⁹ consideraria a paisagem monótona da monocultura, também no campo das ideias.

À natureza tropical o colonizador teria se adaptado procurando a similaridade com os seus espécimes e propriedades de todas as ordens, aplicando nomes conhecidos, tal como descreveu Sérgio Buarque de Holanda no célebre capítulo “A botica da natureza”.¹⁰ O conhecimento do mundo natural também se deu por meio dos jesuítas, do convívio com as populações indígenas e de modo destacado, pela entrada no mundo luso-brasileiro do método da história natural, do sistema de classificação de Lineu, trazendo a ambição da exaustividade do inventário, da formação das coleções, das viagens filosóficas entre as quais ficou eternizada a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Sedição e Luzes marcam o setecentos luso-brasileiro nos registros de devassas, nas coleções de História Natural, na correspondência das capitanias.

Propomos aqui revisitlar o acervo do Arquivo Nacional a partir dos registros legados pela política fomentista deslanchada pela governação pombalina notadamente em torno da História Natural, considerando viagens, coleções, jardins, listas, como vestígios desse fenômeno. Um importante capítulo da história das ideias foi escrito em documentos provenientes da Secretaria de Estado do Brasil, da Provedoria da Fazenda, da Marinha e Domínios Ultramarinos, e de outros fundos por meio dos quais se estabelece uma história luso-brasileira, atlântica.

Parte da cartografia das viagens pelo interior do continente foi empreendida na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, médico e naturalista nascido na Bahia em 1756, formado na Universidade de Coimbra reformada. Entre 1783 e 1792 ele esteve nas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, participando de um projeto da Coroa, que incluiu o envio de outros naturalistas a Cabo Verde, Angola e Moçambique. Em uma das etapas, percorreu a capitania do Pará, de onde partiram remessas de animais e plantas para a metrópole, formando coleções destinadas ao Gabinete e Museu de História Natural da Ajuda. Conhecida pelo relato e desenhos

gerados, disponíveis no Museu Nacional e na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, a expedição do médico baiano, aluno da Universidade de Coimbra reformada, continua na correspondência estabelecida entre a metrópole e o ultramar. Os arquivos e livros da viagem multiplicam-se, portanto, dos itens transportados às relações que os acompanham e às cartas que informam todos esses procedimentos e que hoje formam parte importante desse evento.

Entre os códices, merece atenção especial a correspondência original dos governadores do Pará com a Corte em 24 volumes e que segue o roteiro por meio das remessas, listas, providências e ordens, entre o ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro e Martinho de Souza e Albuquerque, governador do Pará. Nas páginas em que se encontram esses e outros assuntos, são confirmados o envio de caixotes de anil para Lisboa, a chegada do desenhador José Joaquim Freire para compor a expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, e solicitados canoas, índios e mantimentos para a dita expedição.¹¹ Segue-se no mesmo volume, a *Relação das plantas vivas e animais, remetidos do Pará para o Real Gabinete de História Natural da Ajuda*, pelo capitão Luiz Pereira da Cunha na charrua Águia. A lista vinha acompanhada de informações como o uso que se faz das plantas pelos habitantes da região¹², uma demanda frequente nos pedidos de remessas. Nesse sentido observa-se que embora essas viagens constituíssem uma novidade na administração portuguesa, o teor dessa correspondência obedece a um gênero - as instruções aos viajantes - e a um método e rotina desenvolvidos e experimentados na formação de coleções de História Natural e remessas de plantas, animais, sementes, entre outros elementos, vivos ou secos, acondicionados a partir de técnicas distintas. Onças vivas, plantas em viveiros, tucanos empalhados foram para Portugal com o fim de alimentar jardins, gabinetes, viveiros, herbários. Códices e documentos avulsos do Arquivo Nacional não apenas registram esse movimento como são parte dele, comunicando seus agentes e mais, reiterando essa tarefa da História Natural, de extrair, registrar, extensiva e exaustivamente tudo o que tem sentido na acepção cada vez mais larga e microscópica da vida.

A mobilização de embarcações, navios que partiam carregados com os espécimes coletados corresponde a um diário de viagem que se escreve em paralelo, enquanto desfilam pelos volumes e folhas desse códice o que se recortava da paisagem natural, sendo importante não apenas a intensidade daquele processo, mas a composição dessas partidas, as escolhas, o olhar orientado, embora, escrevessem os naturalistas da Ajuda, tudo os interessava, era exótico, inexistia na Europa. Testemunha esse processo as remessas listadas, entre agosto e dezembro de 1787, que iam aos cuidados de Martinho de Melo e Castro, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, como a que menciona três macacos, um quati, uma onça, um anacã, quatro periquitos e uma arara; a relação de plantas, entre estas, cacau, café, andiroba e maracujá, além de

sementes e frutas, enviadas do Pará para o Real Gabinete de História Natural da Ajuda por Luis Pereira da Cunha; outra que levava a planta do caraná.¹³ Dois anos depois as remessas da viagem filosófica continuaram, como se vê no ofício pelo qual o capitão Luis Pereira da Cunha informa ao ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, o envio de um caixão com produtos naturais secos, um barril com animais quadrúpedes e répteis e quatro caixões com plantas vivas destinados ao Real Gabinete de História Natural por intermédio do governador do Pará, Martinho de Sousa e Albuquerque. Ao naturalista haviam sido remetidas dez caixas de folhas de flandres para que prosseguisse em seus trabalhos, que produziam resultados vultosos como o envio de vinte três caixões com anil do Rio Negro além de trinta e três volumes com produtos recolhidos do Rio Madeira pela expedição filosófica a cargo do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, acompanhados de um saco de cartas do mesmo que iam também por navio a Lisboa.¹⁴

Nos códices da correspondência dos governadores do Pará com a Corte, do fundo Negócios de Portugal estão contempladas as diversas iniciativas que se desenvolveram na capitania, no âmbito da história natural. Assim, sob as ordens de d. Francisco de Souza Coutinho, a capitania do Pará foi, nesse sentido, estratégica para a história natural na colônia, sediando o único jardim botânico, que de fato funcionou no período colonial, chamado Horto São José, a partir de 1796, recebendo instruções para aclimatação de plantas indígenas, especiarias e plantas exóticas à região. A iniciativa de criação de jardins botânicos na colônia obedeceu ao enunciado básico da aclimatação de plantas exóticas - indígenas ou, de modo geral, estrangeiras ao Brasil, oriundas por vezes de outras colônias, com o objetivo de implantação de sua cultura aqui ou de sua remessa para Portugal, como se depreende das inúmeras instruções que da metrópole se dirigem aos governos das capitâncias.

Ainda na década de 1790 ocorreram expedições a Caiena de onde, informava d. Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho chegavam, por meio de um agente, “cravo da índia, canela, pimenta e diversas árvores frutíferas”. Podemos ver aqui, entre outras remissões à história lusa, os desenganos ao Oriente, o drama da expansão que esvaziara o reino, quando então dos armazéns da Casa da Índia exalava-se a pimenta e a canela: “é toda a cidade, e não tarda que seja todo o reino, que rescende a especiaria”, comenta Saraiva, citando a rima de Sá de Miranda, de 1535, “mais me temo de Lisboa/que ao cheiro desta canela/o reino nos despovoa”.¹⁵ A canela, proibido seu plantio na América portuguesa por tanto tempo, simbolizava a reversão na política metropolitana, quando para muitos como Manuel de Arruda Câmara constatava-se o erro do empenho ao Oriente e o consequente descaso com aquela que se tornava mais e mais a “colônia oficial”. A história natural, atemporal, sem que se confunda com uma abordagem diacrônica, é nesse sentido a história da empresa colonial, da expansão portuguesa e indica

permanências filosóficas e culturais que resistem a demarcações da cronologia tradicional. As referências a Plínio, Aristóteles, Lineu que fluem nos textos, bem como as inúmeras avaliações que os administradores fazem da história portuguesa a partir da falta, demora ou expectativa em controlar o conhecimento da história natural são reveladores da complexidade desses manuscritos.

O ritmo das remessas, ditado na correspondência entre aqueles administradores-filósofos na definição do abade Raynal, indica que daquela capitania, e de tantas outras, seguiam animais quadrúpedes, pássaros, vivos ou mortos, tal como as sementes e plantas que iam secas ou em viveiros para a Metrópole. Elas carregavam muitas expectativas dos europeus depositadas no Novo Mundo como foi o caso da árvore da fruta-pão, esperança para a fome dos povos. Ou a quina, *cinchona officinalis*, uma planta medicinal cuja aceitação, na Faculdade de Medicina de Paris do século XVII, como escreveu Jacques Roger¹⁶, representou, em conjunto com outras teorias, como a da circulação do sangue, acompanhar “passo a passo os modernos”. A quina ocupou os naturalistas luso-brasileiros em diversas capitâncias, tinha propriedades febríferas e possibilidades de comercialização, sendo adotada nos hospitais da Misericórdia, registrada na farmacopéia do reino. Já em 1800, uma carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a d. Francisco de Souza Coutinho, governador do Grão-Pará comunicava o envio de um caixote com as primeiras amostras de casca, ramos e frutos de quina, cujo nome científico talvez fosse *Cinchona Officinalis*, que havia sido descoberta nas serras de São Jerônimo.¹⁷ O valor da quina era de tal ordem que seria moeda de relações diplomáticas com a Espanha, quando em ofício enviado a d. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, João Carlos Augusto Oyenhausen-Gravenburg, governador da capitania de Mato Grosso, orientado pelo ministro a manter a harmonia com as províncias espanholas conflitantes, enviava-lhe documentos do governador de Moxos e de Santa Cruz de la Sierra, que demonstravam particular amizade. O ofício estava acompanhado de uma caixa de quina da melhor qualidade remetida à Corte para o uso da Casa Real.¹⁸

A atribuição e exigência do nome científico, como as referências à classificação de Lineu e às descobertas do naturalista integram a correspondência, demonstrando a circulação e influência do sistema lineano nos países ibéricos, não apenas nas sociedades e academias científicas, mas no cotidiano da administração, nas instruções aos naturalistas e na produção memorialística, como a que assinam frei Mariano da Conceição Veloso e Gregório José de Seixas em sua “descrição da Quina Quina (*Chincona das Officinas*)”¹⁹:

Dão-se duas sortes de sinais característicos para o conhecimento das plantas, dos quais os primeiros, que formam a aparência do gênero, se fazem de algumas partes da flor; que nunca devem faltar, os segundos de

toda descrição da flor; que podem variar e nem por isso deixa a planta de pertencer ao gênero em que a põem os signos essenciais. Tais gerando na quina os seguintes sinais essenciais.²⁰

Os sinais “essenciais”, responsáveis pela aparência do gênero, nas palavras dos dois naturalistas, distinguiam-se, efetivamente, da parte variável, onde se detiveram na floração e nas cores que cambiavam também com a passagem das estações. O roteiro da descrição era fiel às exigências de Lineu, partindo da corola, em seguida descrevendo o cálix, seguindo, portanto a primeira cobertura dos órgãos sexuais das plantas - estames e pistilos.²¹ A recorrência a Lineu na correspondência evidencia o lugar central que a História Natural ocupará no programa ilustrado ibérico de modo geral e luso-brasileiro.²² Editor, professor de retórica, de geometria e de história natural e naturalista, frei Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), é um dos protagonistas dessa correspondência. A combinação desses elementos, somados a sua formação franciscana é profícua para refletirmos sobre o campo da História Natural no mundo ibero-americano setecentista identificando as diferentes tradições científicas e filosóficas que o constituem. Filiado a Lineu, Veloso atua na seleção de animais e plantas para as mais variadas coleções, sendo reconhecido pela habilidade em recolher e confeccionar espécimes acondicionados e preparados para os naturalistas lusos. Acompanhado de desenhistas ou “riscadores”, cumpria as orientações dos naturalistas da Ajuda que chegavam pela correspondência, contrastando o interesse das autoridades e o lugar que o estudo das ciências da natureza ocupava mais e mais, com a aridez e as dificuldades de desempenhar aquelas funções na América portuguesa. Tratava-se do “adiantamento de uma ciência tão importante principalmente em um país em que a natureza é tão rica e abundante nas suas produções como desconhecida dos seus habitantes”.²³ Na prática, esse desconhecimento apontava para a escassez de naturalistas na colônia, que iam sendo ‘improvizados’ entre aqueles que demonstravam algum interesse e aptidão. Além de estimular o trabalho de naturalistas e herboristas, procurava-se dotar as capitâncias de uma estrutura que permitisse esses trabalhos, valendo-se do trabalho de militares e, igualmente, instando a população a colaborar, permitindo a entrada de naturalistas “nas suas fazendas e todo o exame nos seus matos e nos seus terrenos”.²⁴

Também contavam com o fornecimento de material para as “diligências pertencentes à História Natural”, patente no atendimento a frei Mariano Veloso que, nesse período, encontrava-se trabalhando na Fazenda Santa Cruz. O material solicitado, era entre outros, “um alambique de folha de Flandres”; “um alicate, um cano de latão fundido”; “pano de linho e Bretanha”.²⁵ Um ano depois, frei Mariano solicitava candeeiros, garfos de fenos “com suas facas”, tachos de cobre, tigelas de Macau “com seus pratos”, um vidro de “água-forte”, etc.²⁶ Esses eram os instrumentos da história natural, com seus conservantes,

como o álcool de vinho ou “espírito de vinho” - possivelmente destilado no alambique que o frei solicita - em que se preservariam as plantas, sementes e animais encontrados.

Na colônia, os naturalistas que preparavam as ‘maravilhas’ e curiosidades, fossem amadores ou cientistas, inscreviam-se nessa apropriação da natureza para oferecê-la, sob o filtro da ciência, mas igualmente de uma curiosidade em torno das coleções, herbários e jardins. O preenchimento desse espaço se dá pelas próprias características das produções, seu destino e, essencialmente, pela concepção de história natural que se tem. Assim, as coleções e as remessas que são efetuadas carregam as características desse conhecimento e sua especificidade luso-brasileira, visíveis nas remessas que frei Mariano organizou para o Gabinete de História Natural da Ajuda, e no elogio dos naturalistas lusos: as sementes que vinham do Rio de Janeiro em caixinhas com areia ou em papéis envernizados com aguarrás, haviam brotado em sua maioria e, “com igual prevenção vieram os pássaros, insetos, peixes e animais, de forma que de nenhuma outra parte tem vindos tão perfeitos”.²⁷ Mas, era necessário que o “diligente professor que remete tantas belas e bonitas produções”, se lembrasse que

Para um gabinete tudo é estimável, ainda os mesmos produtos ordinários do país, de que menos caso se faz como são cebolas, sementes e plantas ainda, que sejam ordinárias (também se desejam as plantas raras), mas estimando sempre as ordinárias porque estas para a Europa vêm a ser particulares: desejam-se para esse Gabinete minerais, cristais, terras, areias e pedras de todas as qualidades [...] desejam-se cobras de todas as qualidades e sendo difícil o prepararem-se o incômodo transporte, será melhor introduzir pela abertura da parte inferior um fio de arame com um ganchinho na ponta, para pegar nas tripas e extraí-las todas depois meter as ditas cobras em barris [...] porém sempre com água ardente como também lagartos, peixes grandes e pequenos, caranguejos, estrelas e ouriços do mar [...].²⁸

Era preciso que se identificassem os peixes, que podiam vir em abundância nos barris e pipas, através de seus nomes vulgares. E as conchas do mar, as bivalves e univalves. Caracóis e conchas de água doce e também os caracóis da terra. E ao final, o reconhecimento de que tais recomendações eram desnecessárias, uma vez que o “professor que os recolhe não precisa tal instrução, pois é o mais exato, ou para melhor dizer o único que remeteu para este Real Gabinete produtos tão bem acondicionados”.²⁹ A enumeração dos produtos que chegavam a Portugal, para o Real Gabinete, nos permite entrever não apenas o trabalho desempenhado por frei Mariano, mas o sentido dessas produções.

As atividades de frei Mariano, como as de outros, dividiam-se, antes de tudo, a partir da destinação: deveriam preparar as que atendessem aos gabinetes e aquelas que chegariam aos jardins. Essa era sem dúvida uma grande distinção, gerando uma literatura acerca da forma de acondicionamento dos animais, plantas, sementes e outros. Embebidos em álcool (aguardente ou álcool de vinho), a retirada das entradas dos animais era essencial a sua conservação, como mencionado para as cobras. Mesmo os elementos minerais, como pedras, areia e cristais conheceriam uma disposição específica, o estabelecimento de suas dimensões e o distanciamento entre si, “para poderem trabalhar e ficarem do tamanho da medida”.³⁰ O tempo do transporte e o acondicionamento das produções eram fatores considerados, já que estas enfrentariam uma longa viagem.

Na perspectiva de um pensamento em rede, da sua gênese nos dicionários e enciclopédias, diversas configurações se estabelecem entre esses tantos registros, provenientes de diferentes fundos, relacionando temas, atores, discursos, em um paralelo com o próprio império, com a comunicação entre os naturalistas e o projeto de um extenso catálogo da natureza. Predominante nos fundos Negócios de Portugal e Secretaria de Estado do Brasil, essas cartas, listas, inventários estão ainda e de forma significativa em muitos outros arquivos, sinalizando que o conhecimento e domínio da natureza vinculavam Portugal aos cânones da ciência moderna, mitigavam o sentimento lacunar em torno da história lusitana. Investidos desse caráter emergem naturalistas, professores, políticos, envolvidos com a Universidade e instituições, distinguidos pela Coroa, como Gregório José de Seixas que assinara com Veloso a já citada memória sobre a quina. No ano seguinte um ofício endereçado a d. Rodrigo de Souza Coutinho pedia a transferência deste, apresentado como “estudioso das ciências naturais”, para o Real Jardim Botânico. Em anexo encontra-se o estudo proposto pelo príncipe regente a Seixas, composto da descrição natural da Vila de Torres Novas com observações sobre os “três grandes reinos da Natureza”. O estudo também continha um catálogo com a nomenclatura popular e científica das plantas medicinais encontradas naquele distrito.³¹

Neste sentido, é exemplar a troca de correspondência em torno da ocupação de cargos e cadeiras por conhecidos nomes da Ilustração luso-brasileira. A coleção Negócios de Portugal³² que engloba fundos e séries como a Mesa do Desembargo do Paço ou a Secretaria de Estado do Ministério do Reino descreve esse trânsito em documentos como o ofício de 1811, dirigido ao vice-reitor da Universidade de Coimbra, Francisco Antônio Duarte da Fonseca Montanha, acerca da contratação de Félix de Avelar Brotero, professor de Botânica e Agricultura daquela universidade para a administração do Real Museu e do Jardim Botânico da Ajuda, que se encontravam “em grande decadência”.³³ Somente dois anos depois viria o ofício dirigido ao príncipe regente pelo reitor da Universidade de Coimbra, acerca da promoção de

novos lentes para as cadeiras de Botânica e Agricultura, até então regidas por Brotero, transferido para a direção do Real Museu e Jardim do Paço da Ajuda no lugar de Domenico Vandelli. No mesmo documento solicita-se a jubilação por tempo de serviço de José Bonifácio de Andrada, que assim ficaria “mais expedido para servir a vossa alteza real no importante lugar de intendente de minas, matas e águas” para o qual fora encarregado.³⁴

Entre os temas da Ilustração portuguesa estava a conservação das matas sendo conhecida a memória de Bonifácio sobre os bosques em Portugal e que permaneceria inspirando os defensores das matas no século XIX brasileiro. Essa preocupação se evidencia desde o final do século XVIII com proibições do corte de árvores, restrições à concessão de sesmarias, como ordena a Coroa ao vice-rei conde de Rezende:

[...] sendo as madeiras e paus de construção que se exportam do Brasil um objeto de maior interesse para a Marinha Real e de que a minha Real Fazenda pode tirar um grande rendimento, estabelecendo cortes regulares das mesmas madeiras para vender às Nações estrangeiras: e sendo necessário tomar todas as precauções para a conservação das matas do Estado do Brasil, e evitar que elas se arruinem e se destruam [...]. Em primeiro lugar declarando ser da propriedade exclusiva da minha Real Coroa todas as matas e arvoredos a borda da costa, ou de rios que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias [...].³⁵

Nessas e em outras disposições similares vislumbra-se a cena inicial, do início da colonização, quando a mata cerrada oferecia perigos, o sertão com feras, tribos inimigas, escuridão, e era imperioso destruir, queimar, desbravar. Um retorno aos Descobrimentos marcou o Setecentos, a consciência de séculos de “desvio” face o destino glorioso que se abria com as navegações, de haver ficado à margem da Revolução Científica, ao contrário das nações mais poderosas. Ao sentimento de perda e distanciamento de seu devir histórico, corresponderiam assim os projetos setecentistas de exploração da natureza tropical, imbuídos de uma racionalidade econômica, política, em moldes compatíveis com a ciência moderna, incluídos o controle e a proteção das matas e florestas situadas à borda da costa, de introdução de novas culturas, de plantas exóticas, e todo o rol de iniciativas que deveriam dar a esse período o perfil ilustrado.

Mais do que o alcance efetivo dessas medidas, a leitura da correspondência nos dá acesso a uma história das ideias - às rupturas e aos vínculos com a tradução da filosofia clássica, a atualidade do Renascimento, a vitalidade do aristotelismo e da escolástica; tal contaminação de discursos,

entre tantas outras reverberações, descreve a história luso-brasileira e também a história natural. É certo portanto, que essa escrita se faz sobre releituras, que atravessam a época moderna. No trabalho desenvolvido pelos naturalistas na colônia, somam-se a essa escrita as questões despertadas pela natureza americana e a especificidade da cultura luso-brasileira.

Coerentes com essa dupla narrativa, as coleções formadas seguem os princípios da classificação em Lineu, retomam processos e nomes anteriores, buscam reproduzir em microcosmos o teatro da natureza. No império luso-brasileiro reafirma-se entre outras vogas colecionistas, um vigoroso interesse pela ornitologia, bem como o apreço por pássaros vivos para ornamentação das quintas reais, ou empalhados, destinados à observação científica. Se desde o início da colonização as aves haviam fascinado os primeiros europeus, conforme os relatos de viagens, no Setecentos caberá aos naturalistas e seus alunos, a confecção de animais empalhados para os gabinetes de história natural. Assim, a correspondência assinada pelos naturalistas da Ajuda, em 1776, descrevia uma das remessas chegadas da colônia:

Uma das mais completas coleções de pássaros do Brasil que viu a Europa é a que acaba de receber de suas mãos o Gabinete da Ajuda. A variedade das espécies, a beleza das formas, a naturalidade dos gestos tudo imita exatamente a natureza. Com as obras de gosto mais delicado que ele produz, compete as duas árvores, sobre cujos ramos, parece que naturalmente pousam, nascem e dormem os pássaros preparados. Chegaram o mais bem acondicionados que podiam vir das mãos de um naturalista os tucanos, mortos na realidade, mas vivos na aparência.³⁶

Para que esses objetos pudessem ser vistos, complementarmente ao olhar da ciência, expunham-se os métodos, “antigos e modernos”, de preparação das coleções. No Rio de Janeiro, o desenvolvimento dessas técnicas e a divulgação do conhecimento mereceram a criação, pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, de um gabinete de história natural que ficaria conhecido como *Casa dos Pássaros*. O encarregado da Casa, Francisco Xavier Caldeira Cardoso, o “Xavier dos pássaros”, foi um dos principais taxidermistas³⁷ da colônia. Entre suas funções, incluía-se o ensino da história natural, aqui, mais provavelmente, das práticas aplicadas às coleções. O trabalho durou mais de uma década e, em 1797 determinava-se que recebesse uma pensão vitalícia de 400\$000, “com a obrigação de continuar nos trabalhos de recolher, preparar e remeter as produções naturais do país e de continuar a formar alunos”.³⁸

Como professor de história natural atraiu alunos de outras capitâncias, como um alferes do regimento da ilha de Santa Catarina, mandado, em 1784, instruir-se com Francisco Xavier Cardoso “que se acha encarregado de aprontar

as curiosidades pertencentes à História Natural”.³⁹ Alguns de seus aprendizes, moradores do largo da Lampadosa, local de funcionamento da Casa, declararam que viviam de serem “alunos da História Natural”⁴⁰, sublinhando uma das características de seu trabalho. Caldeira relutou em divulgar seu conhecimento, antes de ser legitimado pelas autoridades, ainda na ilha de Santa Catarina, como vemos na correspondência que antecede a criação do Gabinete. Havia sido o responsável pela coleção de pássaros que encantara os naturalistas do gabinete de história natural da Ajuda e é reconhecido por Luís de Vasconcelos que, em correspondência com Martinho de Melo e Castro, justifica a solicitação de apoio financeiro a Caldeira:

A preparação dos pássaros, quadrúpedes, insetos e peixes é feita por Francisco Xavier Cardoso, que sendo natural da Ilha de Santa Catarina, e não tendo nunca saído desta capitania, por habilidade raríssima, e natural propensão, tem chegado a fazer as mesmas preparações com tanta delicadeza e perfeição. A sua habilidade se estende a muito mais e o seu trabalho não é de jornaleiro, ao mesmo tempo que ele não tem bens, ou estabelecimento algum, e vive só da sua habilidade. Ele mesmo ora trabalha com igual pressa que perfeição, ora vai pelos matos apanhar insetos e em breves dias traz mais e melhores do que em um ano todas as muitas pessoas a quem tenho encarregado esta diligência [...].⁴¹

As preparações incluíam insetos, tratando-se de uma coleção que vinha sendo reunida por quatro anos, “tempo desde o qual tem conservado os primeiros, que se apanharam o mesmo Francisco Xavier com toda perfeição que se vê”. Havia igualmente, inventado a caixa que abrigava a coleção de borboletas e uma caixa de peixes enviada para Portugal.⁴² A trajetória do Xavier dos pássaros, dos matos da ilha de Santa Catarina ao Largo da Lampadosa no Rio de Janeiro⁴³, inscreve-se no movimento de naturalistas e dos demais envolvidos com a história natural, incumbidos de ver cientificamente, ou seja, tornar esses objetos visíveis, através da taxionomia, da organização e do estabelecimento de relações, fazendo existir o que estava disperso e oculto na paisagem. Porque a novidade da História Natural, o corte epistemológico que se opera, define-se pela possibilidade de ver o que se poderá dizer. Observar é, pois, contentar-se com ver, dirá Foucault: “[...] ver sistematicamente pouca coisa. Ver aquilo que, na riqueza um pouco confusa da representação, pode ser analisado, reconhecido por todos e receber, assim, um nome que cada qual poderá entender”.⁴⁴

Seguir a leitura de códices e avulsos que registravam a correspondência - um dos pilares da administração colonial, em conjunto com a legislação

como ensina Fernando Novais - leva-nos igualmente a outros tópicos caros aos historiadores, como o estabelecimento de gêneros e espécies documentais, caso das instruções aos naturalistas, listas de remessas com a classificação e o nome vulgar, catálogos dos jardins botânicos, descrições, ou mesmo os diários de viagem em seu complemento - a série de missivas entre as autoridades com providências sobre as expedições, incluindo as demarcações de limites que envolviam a assinatura de tratados. Cartas como as que encontramos no arquivo privado do marquês de Lavradio, e como gênero consagrado, as memórias que se organizam por 25 volumes do código 807.⁴⁵

Em uma abordagem mais ampla envolvendo a circulação de ideias e o discurso ilustrado, um leque de temas se apresenta, entre eles, o da leitura e da censura de livros, das invasões francesas, da administração joanina no Brasil incluindo as práticas médicas e as atividades do Físico Mór, a presença da Corte no Rio de Janeiro, da Inconfidência mineira, da vida artística a partir de 1808, a criação da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, das reformas do ensino na segunda metade do Setecentos, entre muitas possibilidades de pesquisa no acervo do Arquivo Nacional. O conhecimento da História Natural comportava, para muitos o espírito das Luzes, da Razão, e portanto, da possibilidade de libertar-se da sociedade hierárquica e de privilégios do Antigo Regime. O ideário iluminista manifesta-se em outras culturas, na Itália, na Península Ibérica, no Brasil. As academias e sociedades científicas e literárias, as bibliotecas que conhecemos graças às devassas, as conjurações de Minas, Rio de Janeiro, Pernambuco, as notícias de “traição” dos que saúdam Junot em Lisboa marcam esse momento claramente identificado pelos homens da época pelo poder revolucionário daquelas ideias. A consciência do perigo que encerravam está em cartas como a do desembargador João de Figueiredo ao conde de Resende, vice-rei do Brasil, em 1799 informando que haviam sido encontrados diversos livros proibidos em poder de Vicente Guedes, natural de Moçambique que se encontrava a bordo do navio Conceição, de partida para a Índia. Entre os livros descritos como perniciosos entra-se o *Emílio* de Jean Jacques Rousseau e outros contrários a fé católica.⁴⁶ A certeza do mal que causavam tais princípios podia retroceder ao século XVII, à Revolução Científica, como expressa Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania de Pernambuco ao saudar a vinda de d. João para os “seus Estados da América”:

Sua Alteza Real vai dar princípio a um Santíssimo Império, que longe de receber leis iníquas, as dará sempre justas a muitas, muito ricas, e mui remotas regiões. O novo Império da América Meridional, separado pelo Oceano desse turbilhão cartesiano, ou desse incêndio, devorador de tantos tronos e monarquias, há de ser o asilo mais seguro da religião e da virtude; da justiça, humanidade e inocência

oprimida; da indústria, comércio e de todas as artes, que voarão do antigo para este novo mundo, e nele abrirão canais imensos de riquezas incalculáveis.⁴⁷

Poucos anos aguardavam a revolução do Porto e a mudança de perspectiva que era sugerida no plano de reforma política e científica e de renovação do ensino elaborado por José Albano Fragoso, convocado pelo príncipe d. Pedro em 1821. Nesse documento, recomenda a leitura de filósofos franceses como Diderot, d'Alambert, Montesquieu, e britânicos como F. Bacon e T. Paine no ensino, para que, através de uma educação liberal, fossem formados “Cidadãos Constitucionais”.⁴⁸ Na proposta de leitura dos enciclopedistas e na consulta aos documentos da Instituição desenha-se o fundamento do Império, na continuidade da Ilustração e na construção de uma identidade nacional sedimentada no elogio e grandiosidade da natureza americana.

NOTAS

¹ Consultar <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/> e <http://www.an.gov.br/anac>.

² NEVES, Guilherme Pereira. Transmigração da Corte. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. 1822-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 701.

³ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 285-286.

⁴ FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante d. Henrique, 1961. p. 49-61.

⁵ Cf. FREYRE, Gilberto. Antecedentes europeus da história brasileira. In _____. *Novo Mundo nos trópicos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.

⁶ FALCON, Francisco José Calazans. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (séculos XVII/XVIII). *Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal* (1: 1994. Belo Horizonte, PUC/MG, 1994, p. 91.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 3.

⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 315.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A botica da natureza. In: _____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹¹ Arquivo Nacional. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. *Negócios de Portugal*, códice 99, v. 9, fls 25, 25v e 26, Belém, Pará, 18 mar. 1788.

¹² Ibidem, fls 33, v. 33 e 34, 22 mar. 1788.

¹³ Arquivo Nacional. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. *Negócios de Portugal*, códice 99, v. 8, 1787.

¹⁴ Arquivo Nacional. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. *Negócios de Portugal*, código 99, v. 10, 1789.

¹⁵ SARAIVA, op. cit., p.153.

¹⁶ ROGER, Jacques. *Les sciences de la vie, dans la pensée française au XVIII^e siècle*. Paris: Albin Michel, 1993. p. 175.

¹⁷ Arquivo Nacional. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte, cartas e anexos. *Negócios de Portugal*, código 99, v. 22, fls 8 e 8v, Cuiabá, 30 jun. 1800.

¹⁸ Arquivo Nacional. *Série Guerra*, Cuiabá, 22 ago. 1809. IG¹ 226.

¹⁹ Acreditamos que aqui tenha ocorrido uma adaptação do termo *officinalis* que designa as plantas de virtude terapêutica.

²⁰ Arquivo Nacional. *Negócios de Portugal*, caixa 715, pacote 1, 1802.

²¹ LARSON, James. L. *Reason and experience: the representation of natural order in the works of Carl von Linné*. Berkeley: University of California Press, 1971. p. 78.

²² HEYNEMANN, Claudia B.. *As culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

²³ Arquivo Nacional. *Vice-reinado, portarias*, Secretaria de Estado do Brasil, código 73, v.15, fl.83, 1783.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem, fl.48, 1782.

²⁶ Ibidem, fl. 86, 1783.

²⁷ Arquivo Nacional. *Correspondência da corte com o vice-reinado*, código 67, v. 12, fl 48, 1784.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

³¹ Arquivo Nacional. *Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos*, Diversos Códices – SDH, código 807, v. 22.

³² Segundo o SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional trata-se de uma coleção “composta basicamente da documentação trazida de Portugal por d. João VI, quando da transferência da Família Real para o Brasil e daquela enviada para cá, no período em que no Rio de Janeiro se instalou a corte. Reúne documentos de alguns fundos, unidos pela temática, como por exemplo, o Gabinete do Rei e Ministério do Reino, que recebia a documentação enviada pelos órgãos portugueses para exame no Brasil”. As notações aqui utilizadas são relativas ao arranjo anterior, sem prejuízo do acesso aos documentos que possuem equivalência. Ver <http://www.arquivonacional.gov.br>

³³ Arquivo Nacional. Livros de consulta da Mesa do Desembargo do Paço. *Negócios de Portugal*, código 252, v. 1.

³⁴ Arquivo Nacional. Secretaria de Estado do Ministério do Reino. *Negócios de Portugal*, caixa 665, pacote 2, Lisboa, 18 maio 1813.

³⁵ Arquivo Nacional. Correspondência da Corte com o vice-reinado. Secretaria de Estado do Brasil, código 67, v. 22, fl. 62. 18 mar. 1797.

³⁶ Arquivo Nacional. *Correspondência da corte para os vice-reis*, códice 67, v.12, fl.126, 1776.

³⁷ O termo taxidermia surge no início do século XIX, em 1803 no artigo Taxidermie de Louis Dufresne, do *Nouveau Dictionnaire no d'Histoire Naturelle*. As coleções de espécimes preparados já se encontravam nos gabinetes de curiosidades do Renascimento, sendo no século XVIII, no entanto, período de emergência dos gabinetes e coleções de história natural que se pode falar em uma origem moderna desses procedimentos, com o advento de um grande número de técnicas que associavam a conservação à montagem de animais mortos caracterizados em seu estado original. Inventos como o sabão arsênico, em meados do setecentos por Jean-Baptiste Bécoeur, foram nesse sentido revolucionários, abrindo caminho para que o século seguinte aprimorasse com o uso de armações e manequins, a possibilidade de dotar de uma aparência viva, animais de diferentes portes. A referência à taxidermia, mesmo para períodos anteriores ao uso da palavra, é corrente na literatura sobre o tema, por referir-se ao processo como um todo..

³⁸ Arquivo Nacional. *Coleção Negócios de Portugal*, caixa 725, pacote 1, doc. 55, 1797.

³⁹ Arquivo Nacional. *Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades*, códice 70, v. 12, fl.130, 1784.

⁴⁰ Arquivo Nacional. *Coleção Desembargo do Paço*, caixa 138, doc. 51, 1810.

⁴¹ Arquivo Nacional. *Correspondência do vice-reinado com a corte*, códice 68, v.6, fl 79, 1783.

⁴² Ibidem, fl.79.

⁴³ Em 1783, um ano antes da criação da Casa dos pássaros (para muitos, o embrião do Museu Real e, posteriormente Museu Nacional), ordenava-se a instalação de viveiros no quintal da casa de Francisco Xavier, “por se achar incumbido da diligência e cuidado dos mesmos pássaros”, que a mesma portaria classificava de preciosíssimos. Cf. Arquivo Nacional. *Vice-reinado, portarias*, códice 73, v.15, fl.180, 1783.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p. 148.

⁴⁵ Cf. Arquivo Nacional. Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos. Diversos Códices - SDH.

⁴⁶ Arquivo Nacional. Correspondência diversa. Vice-reinado, caixa 491, pacote 3. Rio de Janeiro, 4 ago. 1799.

⁴⁷ Arquivo Nacional. Ministério do Reino. Pernambuco, Correspondência do presidente da província, Série Interior, IJJº 237, Recife, 4 jan. 1808.

⁴⁸ Arquivo Nacional. Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos. Diversos Códices - SDH. Código 807, v. 20, Rio de Janeiro, 29 dez. 1821.

Artigo recebido em maio de 2014. Aceito em julho de 2014.